

A stylized profile of a human head facing left, filled with horizontal bands of rainbow colors: red, orange, yellow, green, and blue. The head is set against a teal background with white geometric lines forming a large 'V' shape.

Homocultura e as Novas Formas de Ler a Sociedade

Christopher Smith Bignardi Neves
(Organizador)



Homocultura e as Novas Formas de Ler a Sociedade

Christopher Smith Bignardi Neves
(Organizador)

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H768	Homocultura e as novas formas de ler a sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Christopher Smith Bignardi Neves. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-744-4 DOI 10.22533/at.ed.444190611 1. Homocultura. 2. Homossexualidade – Aspectos sociais. I. Neves, Christopher Smith Bignardi. CDD 306.76
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ilustre leitor e leitora, essa obra que vos apresento é uma construção coletiva, feita por várias mentes brilhantes que se dedicaram para produzir esses textos que reflete parte de seus conhecimentos. O resultado é um livro transdisciplinar, elabora por especialistas sensíveis a temática, esse volume engloba as áreas da educação, da saúde e do direito.

O termo Homocultura, aborda mais do que diversidade cultural e sexual, associa o discurso teórico e político a uma consciência histórica. As investigações sobre a Homocultura, foram intensificadas no Brasil no início do terceiro milênio, estimuladas pelas discussões proporcionadas por Mário César Lugarinho e José Carlos Barcellos. A Homocultura proporciona novos comportamentos sociais, intervenções e ações, que refletem em discussões, tais como: os direitos homoafetivos; a homoparentalidade, as identidades homoeróticas; a relação etnia-sexualidade, entre outras possibilidades.

Coube a mim o desafio de compilar esta obra que, estabelecerá certamente um diálogo com a sociedade. Esse livro além do fator teórico, apresenta um fator político, uma vez que os pesquisadores abordam temas relacionado as sexualidade, gêneros, machismos e etnias, constituídos socialmente como um tabu. Os esforços destes vinte e cinco pesquisadores, refletem um exercício de alteridade, posicionam-se no lugar outro, para nos apresentar novas perspectivas de análise.

Para diminuir algumas limitações teórico-metodológicas as contribuições dos autores e das autoras estão agrupadas em seções, de modo que a primeira seção abordará ensaios teóricos que fornecem embasamentos para a compreensão do tema Homocultura, permeando pelas Ciências Sociais, pela Psicologia e pelo Direito; a seção seguinte apresenta estudos empíricos, agrupados pelas áreas da Saúde, das Ciências Sociais, do Direito, e da Educação, que foram desenvolvidos na região sudeste, norte e nordeste do país.

Iniciamos o livro com o estudo bibliográfico realizado por *Vinicius Santos* (Capítulo 1) nos faz refletir sobre a constituição de uma Esfera Pública LGBT, para tanto o autor faz uma digressão acerca da democracia deliberativa apoiando-se em dezenas de teóricos das Ciências Sociais. O estudo bibliométrico de *Juliana Costa* e *Elaine Fernandez* (Capítulo 2), que direciona a pesquisa para a relação lesbianidades e prostituição sexual, as autoras encontraram no portal Capes, três teses e quatro dissertações defendidas entre os anos de 2003 e 2012, o que possibilita discorrer sobre a pouca produção científica existente. *Paola Cantarini* (Capítulo 3) contribui ao discorrer sobre o Estado Democrático de Direito, a autora relaciona a arte e o direito a partir do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, seu artigo aborda um direito democrático e transgressor. A mesma autora (Capítulo 4) expõe a necessidade do resgate de um vínculo transcendental das instâncias sociais, onde o Direito aplica novas interpretações da sociedade, adotando os princípios da proporcionalidade, de modo interdisciplinar agregando os saberes do Direito, da Filosofia e da Arte.

Abordando as mulheres encarceradas *Yohana Monteiro* (Capítulo 5) tece um breve panorama sobre a realidade dos presídios, ponderando que estes espaços de dominação sob a égide do panóptico, vigia e estigmatiza cada vez mais a mulheres negras e pobres.

A segunda seção desta obra apresenta tênues subdivisões. As abordagens da Saúde iniciam-se no estudo de *Rosângela Vera* (Capítulo 6), que inclui as lentes das Ciências Sociais para apresentar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres residentes em uma comunidade quilombola, localizada no interior do Maranhão, que sofrem com a ausência de políticas públicas de saúde. *Severino Leão, Elzomar Freire e Karoline Dias* (Capítulo 7) identificam que a cultura machista reflete na falta de cuidado com a saúde masculina, identificam que perdura entre os homens o preconceito relacionado ao exame do toque retal, e, através de uma campanha educativa incentivaram centenas de pacientes a realizar o procedimento para identificar a neoplasia. Através da 12ª Jornada Nordestina de Cidadania Plena LGBT, ocorrida em Picos (PI), *Glauber Macedo, Martha Sousa, José Sobreira e Paulo Souza Junior* (Capítulo 8), tecem reflexões que abordam temas relacionados aos processos decoloniais e política públicas para a população LGBT e em especial à saúde de pessoas Trans. Por meio do mesmo evento. Sob a ótica do Direito e das Ciências Sociais, *José Moraes, Geane Borges, Samuel Hora e Wendy Moraes* (Capítulo 9) produzem um diálogo com o leitor, e também, com quatro entrevistados que participaram do referido evento.

A última seção retrata os artigos sobre a educação, neste espectro Máira Sarmanho e Roosyelma Santos (Capítulo 10) desenvolvem pesquisa acerca de gênero e sexualidade nas percepções dos professores e estudantes de uma escola pública de Belém (PR). *Luiz Luz e Ana Rufino* (Capítulo 11) entendem a dificuldade em discutir no ambiente escolar as questões de gênero e sexualidade, buscam em teóricos queer uma explanação para que se efetive essa prática na educação infantil. As reflexões de *André Barbosa, Angela Venturini e José Freitas* (Capítulo 12) visam contribuir para criação de um pensamento descolonizado, por se enquadrar numa Instituição de Ensino Superior, os autores refletem sobre sua identidade, formação e local de fala. Encerrando o livro, encontra-se o artigo de *Fernanda Webering e André Barbosa* (Capítulo 13), inquerem treze pró-reitores de uma universidade federal a respeito de cultura, política e prática de inclusão, constatando a invisibilidade das pessoas trans no meio acadêmico.

Pensar e repensar conceitos e pré-conceitos pode ser viabilizado por meio desta obra, que anseio contribui para que vocês, leitores e leitoras, possam utilizá-las em suas atribuições sobre cultura e modos de coligir o mundo.

Christopher Smith Bignardi Neves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA ESFERA PÚBLICA LGBT: DE J.HABERMAS A NANCY FRASER	
Vinícius Barriga dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4441906111	
CAPÍTULO 2	12
LESBIANIDADES E PROFISSIONAIS DO SEXO: DIALOGANDO SOBRE RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS E TRABALHO	
Juliana Mazza Batista Costa	
Elaine Magalhães Costa Fernandez	
DOI 10.22533/at.ed.4441906112	
CAPÍTULO 3	25
A ARTE E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL - A LUTA POR UM DIREITO EMANCIPATÓRIO E TRANSGRESSOR	
Paola Cantarini Guerra	
DOI 10.22533/at.ed.4441906113	
CAPÍTULO 4	36
MANIFESTAÇÃO DA RELIGIOSIDADE NO DIREITO E NA FILOSOFIA – PERSPECTIVA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Paola Cantarini	
DOI 10.22533/at.ed.4441906114	
CAPÍTULO 5	52
GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE: A DISCUSSÃO SOBRE AS MULHERES PRESIDARIAS DO INSTITUTO PENAL FEMININO (IPF)	
Yohana Tôrres Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.4441906115	
CAPÍTULO 6	59
ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS EXPERIÊNCIAS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO INTERIOR MARANHENSE	
Rosângela de Sousa Veras	
DOI 10.22533/at.ed.4441906116	
CAPÍTULO 7	68
O DIA D DOS HOMENS A NÃO ADESÃO AO TOQUE RETAL E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA E A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO	
Severino Francisco de Souza Leão	
Elzomar Mendonça Freire	
Karoline Mirapalheta Dias	
DOI 10.22533/at.ed.4441906117	

CAPÍTULO 8	76
POPULAÇÃO LGBT E O DIREITO À SAÚDE: ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DA MILITÂNCIA TRANS JUNTO À PREVENÇÃO COMBINADA DAS IST/HIV/AIDS E DESIGUALDADES NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA 12ª JORNADA LGBT DE PICOS-PI	
Glauber Bezerra Macedo	
Martha Virna de Sousa	
José Thiago Bezerra Sobreira	
Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.4441906118	
CAPÍTULO 9	88
O SONHO DA COR DO ARCO-ÍRIS E A HOMOFOBIA NO CAMINHO DE VIDAS	
José Borges de Moraes	
Geane Maria de Alencar Arrais Borges	
Samuel do Nascimento Hora	
Wendy Gonçalves Borges de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4441906119	
CAPÍTULO 10	117
DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO FORMAL: TECENDO CAMINHOS PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL	
Máira Bianca Sodré da Silva Sarmanho	
Roosyelma Priscilla Neves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44419061110	
CAPÍTULO 11	128
DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO: AS DIVERSAS PRODUÇÕES COTIDIANAS DE PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA TRABALHAR AS QUESTÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA ESCOLA	
Luiz Otavio Ferreira da Luz	
Ana Daniela dos Santos Rufino	
DOI 10.22533/at.ed.44419061111	
CAPÍTULO 12	141
A DINÂMICA INCLUSÃO/EXCLUSÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E O PENSAMENTO DESCOLONIZADO	
André Luiz dos Santos Barbosa	
Angela Maria Venturini	
José Guilherme de Oliveira Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.44419061112	
CAPÍTULO 13	148
POLÍTICAS INTERNAS DA UFRJ PARA COMBATER O PRECONCEITO COM AS PESSOAS TRANS	
Fernanda Iglesias Webering	
André Luiz dos Santos Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.44419061113	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	153
ÍNDICE REMISSIVO	154

POPULAÇÃO LGBT E O DIREITO À SAÚDE: ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DA MILITÂNCIA TRANS JUNTO À PREVENÇÃO COMBINADA DAS IST/HIV/AIDS E DESIGUALDADES NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA 12ª JORNADA LGBT DE PICOS-PI

Glauber Bezerra Macedo

Instituto de Ensino Superior Raimundo de Sá
Picos - Piauí

Martha Virna de Sousa

Instituto de Ensino Superior Raimundo de Sá
Picos - Piauí

José Thiago Bezerra Sobreira

Instituto de Ensino Superior Raimundo de Sá
Picos - Piauí

Paulo Fernando Mafra de Souza Junior

Universidade Federal do Pernambuco
Recife – Pernambuco

RESUMO: Esta comunicação nasce da demanda de experiências acadêmicas em diálogo com os saberes locais exigidas pela disciplina Antropologia Jurídica e formação profissional no curso de Direito em uma faculdade no interior do Piauí. Justificando-se na relevância social e científica da produção de conhecimento acerca das culturas democráticas e diversas práticas de resistência étnico-racial junto ao direito à saúde e acesso às políticas públicas, adotou-se como objeto de estudo as estratégias da militância trans empreendidas na 12ª Jornada LGBT na cidade de Picos. Tendo como objetivo a análise crítica dos discursos afirmativos acerca do direito da população LGBT enquanto expressão do

pensamento decolonial. Os resultados apontam a transgressão das linguagens corporais, orais e escritas como estratégias étnico-raciais frente às opressões cotidianas que negam os direitos fundamentais e reproduzem atendimentos discriminatórios por parte dos profissionais e agentes de saúde nas unidades do serviço público. Se desde a constituição de 88 o direito à saúde é dever do Estado, visto como Direito Universal e Igualitário independente do sexo, raça ou etnia, verificou-se que os discursos conservadores negam a constitucionalidade das políticas para a diversidade de gênero e sexualidade. Conclui-se que a Jornada LGBT na cidade de Picos tem proporcionado um intercâmbio estratégico entre saberes locais da militância trans no Nordeste brasileiro, tal como reação aos retrocessos e negações dos direitos fundamentais da população LGBT junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) e demais políticas públicas (MAFRA, 2015).

PALAVRAS-CHAVE: População LGBT, Direito à Saúde, Estratégias Decoloniais, Militância Trans, 12ª Jornada LGBT de Picos-PI.

LGBT POPULATION AND THE RIGHT TO
HEALTH: DECOLONIAL STRATEGIES
OF TRANS MILITARY TOGETHER WITH
THE COMBINED PREVENTION OF STI /

ABSTRACT: This communication is born from the demand of academic experiences in dialogue with the local knowledge required by the Legal Anthropology discipline and professional formation in the Law course at a college in Piauí. Justifying in the social and scientific relevance of the production of knowledge about democratic cultures and diverse practices of ethnic-racial resistance to the right to health and access to public policies, the strategies of trans activism undertaken in the 12th were adopted as object of study. LGBT day in the city of Picos. Having as objective the critical analysis of affirmative discourses about the right of the LGBT population as an expression of decolonial thought. The results point to the transgression of body, oral and written languages as ethnic-racial strategies in face of daily oppressions that deny fundamental rights and reproduce discriminatory care by health professionals and agents in public service units. If since the constitution of 88 the right to health has been a duty of the State, seen as Universal and Equal Law independent of gender, race or ethnicity, it has been found that conservative discourses deny the constitutionality of policies for gender diversity and sexuality. It is concluded that the LGBT Day in the city of Picos has provided a strategic exchange between local knowledge of trans activism in the Northeast of Brazil, as a reaction to the setbacks and denials of the fundamental rights of the LGBT population within the Unified Health System (SUS) and others. public policies (MAFRA, 2015).

KEYWORDS: LGBT Population, Right to Health, Decolonial Strategies, Trans Militancy, 12th LGBT Picos-PI Day.

1 | INTRODU O

Pretende-se com este relato de experiência trazer uma apresenta o sobre o a popula o LGBT e o direito   saúde, debatendo as estratégias decoloniais da militância trans junto   preven o combinada das IST/HIV/AIDS e desigualdades no acesso às políticas públicas, discutidas durante a 12^a jornada LGBT de Picos-PI. O presente trabalho   resultante da aproxima o acadêmica estabelecida pela disciplina Antropologia Jurídica no curso de Direito da Faculdade Rs  na cidade de Picos.

No intuito de aprofundar a discussão sobre a questão da saúde da popula o de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e de discutir sobre o acesso às políticas publicas por esse segmento, buscou-se através de uma revisão da literatura e da observa o de campo, auxiliadas com entrevistas semiestruturada e técnicas de coleta “bola de neve” e “satura o” junto às militâncias trans, compreender a relevância social e acad mico-científica frente   emergência da preven o e enfrentamento da epidemia HIV/AIDS, tendo em vista também o enfrentamento das desigualdades sofridas pelos LGBT, discutidas na 12^a Jornada LBGT de Picos.

Quando se fala em homossexualidade, aqui definida como a orientação sexual que envolve a atração afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo, revela-se que ela sempre existiu ao longo da história, nas mais diferentes sociedades e culturas, tendo permitido posicionamentos sociais, ora de aceitação ora de repulsa (TONIETTE, 2006), sendo, criticada por ir contra a naturalização dos papéis sociais de homens e mulheres.

O debate em torno de gênero e sexualidade tem cada vez mais estado presente em todos os âmbitos da sociedade gerando polêmicas, dissensões e violências em vários níveis como podemos observar na sociedade brasileira nos últimos anos. Partimos da compreensão de que ambos são fruto de um processo de construção social que, como tal, se transforma e atualiza cotidianamente o que se contrapõe à lógica essencialista, portanto, naturalizada, que tem caracterizado algumas análises.

Ao acessar o Sistema Único de Saúde (SUS) muitas vezes o segmento LGBT se sente coagido de expressar a sua sexualidade de forma livre por causa do medo social e estigma que ainda é muito forte nos profissionais de saúde, o que dificulta a prevenção e o tratamento adequado a epidemia HIV/AIDS nos indivíduos LGBT.

Dessa forma, o debate concentrará nas estratégias decoloniais, essas preocupadas em mostrar forças e resistências daqueles corpos tidos como “diferentes” lutando assim por acesso a uma vida digna. Para tanto, se buscará problematizar, por um lado, as atuais expressões das precariedades socialmente induzidas e o agravamento das vulnerabilidades produzidas pela discriminação das minorias. E, por outro lado, discutir o ingresso à cidadania e políticas públicas, em destaque a Política de Saúde, que constitui um dos direitos fundamentais ao ser humano, que, por vezes se coloca dificultoso.

Em meio aos obstáculos encontrados no que diz respeito ao exercício da cidadania TRANS, o trabalho evidenciará o papel do movimento LGBT na luta pela garantia dos seus direitos no Vale do Rio Guaribas no município de Picos no Piauí. Nesse campo de luta, destaca-se a ONG Grupo Guaribas de Livre Orientação Sexual – GGLOS que desde 2006, desenvolve estratégias coletivas de resistência política e cultural às diversas formas de violência e discriminações, as Paradas Culturais e Jornadas LGBT, que juntamente com as políticas públicas voltadas à ao acesso à saúde e promoção da cidadania integral da população LGBT, em contínua articulação com a coordenadoria municipal dos Direitos Humanos e Livre Orientação Sexual e secretarias municipais de Cultura e Educação da cidade de Picos, contribuem para assinalar uma redução de desigualdades no acesso à saúde.

2 | POPULAÇÃO LGBT E O DIREITO À SAÚDE: A BUSCA PELA UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE E EQUIDADE

O movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tem

exercido um papel essencial para garantir a evidência do segmento que representa. Nesse sentido, realizou-se nas últimas décadas uma crescente reivindicação para que o Estado assegure direitos iguais, através de mudanças de leis que os discriminam e que também institua políticas públicas que criem condições para o exercício integral de sua cidadania.

Além de todo o conjunto de legislações específicas relacionadas às questões de orientação sexual e identidade de gênero, o movimento LGBT tem lutado pela garantia da implementação de políticas públicas dirigidas à defesa dos direitos, ao exercício da cidadania e à proibição e punição das diferentes formas de discriminação, opressão por meio da homofobia contra homossexuais, lesbofobia e transfobia. (CASSEMIRO, 2013, p.2).

O direito à saúde no Brasil está garantido na Constituição Federal de 1988, no cenário pós-ditadura militar no processo de redemocratização no país e é produto da participação política da sociedade. Essa política se institui como direito de todos e dever do Estado, devendo ser assegurado através de políticas sociais e econômicas que se dirijam à redução do risco de doenças de outros agravos, assim como ao ingresso universal e igualitário aos serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. A Política Nacional de Saúde Integral LGBT tem como encargo a universalidade e a integralidade do SUS, contando assim com a mobilização da comunidade nas suas distintas formas de segmentos sociais. Porém, mesmo sendo lei a realidade ainda expõe uma falha de acesso da população LGBT dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) e a dificuldade das suas demandas de saúde e sociais serem acolhidas.

Destarte que ações de saúde mediante Estado vêm sendo concretizada para a população supracitada ainda que de forma mínima e dificultosa, mas, pode-se elucidar no ano de 2004, em que o Ministério da Saúde constituiu o Comitê Técnico de Saúde da população LGBT com vistas à constituição de uma política específica para o SUS, e em 2006 a aquisição de representação no Conselho Nacional de Saúde (CNS), pelo segmento LGBT entre outros.

Percebem-se progressos importantes no contexto brasileiro, como o Programa Brasil Sem Homofobia e a Política de Assistência Integral à saúde da população LGBT. Entretanto, ainda nota-se, no Brasil, a dificuldade encarada pela população LGBT diante das diversas formas de violência e das discriminações vivenciadas em decorrência da livre orientação sexual. Além disso, o acesso do grupo LGBT à saúde é marcado por obstáculos, como atendimento discriminatório por parte dos profissionais nas unidades, condutas inadequadas, constrangimentos, conotações preconceituosas ou mesmo ofensas verbais proferidas pelos profissionais (GUTIERREZ, 2007; HECK *et al.*, 2006).

A luta por direitos é uma construção histórica, direitos esses conquistados por meio do movimento LGBT, que são sujeitos que vivem no seu cotidiano situações de invisibilidade, opressão e violação. O cenário de violência na qual, muitas vezes

a população LGBT está submetido possuem múltiplas formas, e compreende mais do que as violências caracterizada pelo código penal, não se restringe somente à rejeição irracional ou ódio em relação aos homossexuais, “pois também é uma manifestação que qualifica o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido à sua diferença, esse outro é excluído de sua humanidade, dignidade e personalidade”. (Brasil, 2011, p.5).

Diante dessa realidade de violências, na qual, o segmento social LGBT sofre, desde o preconceito, discriminação, homofobia reflete diretamente nos impasses de acesso à Política de Saúde. Ao acessar o Sistema Único de Saúde (SUS) essa população se sente constrangida de expressar a sua sexualidade de forma livre e sem emoldurar-se em um padrão na hora dos atendimentos por causa do medo social e estigma que ainda é muito forte, da falta de preparo dos profissionais de saúde e do preconceito enraizado nos processos de socialização que é refletido diariamente por esses trabalhadores, isso afeta o cuidado com a saúde desse grupo, destacando a prevenção e o tratamento adequado à epidemia HIV/AIDS, doença que afeta muitos homossexuais devido às vulnerabilidades geradas pela violação de direitos desse grupo e a falta de ações de combate as doenças a este grupo sociais que são mais vulneráveis.

O dossiê exibido pela Rede Feminista de Saúde mostra as principais causas que induzem à mínima procura dos serviços de saúde:

A existência de discriminação, o despreparo dos profissionais para lidar com as especificidades dessa população, as dificuldades de se assumirem como homo ou bissexuais e, por fim, a negação do risco quanto às doenças sexualmente transmissíveis (2006, p. 19).

Nessa linha, o aumento do número de casos de AIDS entre LGBT tem se apontado preocupante nos últimos anos, e uma das determinantes da epidemia é a desigualdade. Onde a desigualdade é mais forte, a pobreza, cruza com a desigualdade de gênero, e assim tem um maior impulso da epidemia. A colaboração entre essas forças de desigualdade institui uma maior vulnerabilidade, e o preconceito acaba se expondo como um empecilho para que os novos métodos de prevenção e tratamento estejam compreensíveis a todos.

É importante pontuar o estigma social referente à epidemia, que pauta-se em um discurso sobre imoralidade, promiscuidade e castigo, comumente estabelecido com o propósito de atacar à comunidade LGBT. O HIV/AIDS concebe uma profunda rede de relações e estigmas que passam a dominar a vida do doente. Essa rede é indissociável de um passado de ignorância e medo que cominou a origem da doença a um castigo divino, em razão de comportamentos avaliados imorais, a questão da discriminação dos doentes de HIV/AIDS provém de um conjunto de fatores relacionado ao forte conservadorismo moral, o déficit de educação sexual e a tentação de associar HIV/AIDS a condutas sexuais vistos como socialmente desviantes. Esses fatores resultantes de uma sociedade que ainda cultiva um preconceito enraizado, afeta

fortemente o cuidado com a questão do enfrentamento do HIV/AIDS, nesse sentido, é necessário reconhecer que todas as formas de preconceito por orientação sexual e por ideologia de gênero, como nas questões LGBT, influem na determinação social da saúde. Diante disso, é necessário que o Estado cumpra o seu dever de não se abstrair do trabalho de promoção e solidificação de campanhas de informação, para assim efetivar o direito da população LGBT à saúde.

Diante disso, é fundamental o acesso da população LGBT aos serviços de saúde, esses pautados na universalidade, integralidade e equidade. Nessa perspectiva, a criação do SUS significou um passo fundamental com vistas à universalização do ingresso a ações de saúde concebidas em uma perspectiva fundada na integralidade, que procuram romper com um histórico de serviços públicos ineficazes e ineficientes, decorrentes de políticas de saúde curatistas, privatistas e excludentes (Silva & Lima, 2005).

O ponto de vista da integralidade, de tal modo, é formulado no momento em que a noção de saúde pública passa a ser progressivamente substituída pela de saúde coletiva, a qual questiona “que os discursos biológicos detenham o monopólio do campo da saúde” (Medeiros & Guareschi, 2009:44). Como mostra Mattos (2001), neste contexto, a integralidade pode ser refletida como um alvo, um objetivo e um ideal a serem alcançados, a partir de pelo menos três vetores principais: a prática dos profissionais de saúde, a organização dos serviços e as respostas políticas aos problemas de saúde.

Quanto ao princípio da equidade, também estruturador do SUS, o que se coloca em destaque é o fato de que diferentes grupos sociais, como índias, mulheres, negras, crianças, idosas e LGBT, podem ter necessidades de saúde individualizadas, insinuando demandas por ações governamentais também diferenciadas, como destacam Silva e Lima,

O princípio da equidade remete ao entendimento de que existem indivíduos ou grupos populacionais mais vulneráveis devido à sua condição socioeconômica, e que, por isso, estes devem ser priorizados nos processos de intervenção estatal. (2005 p. 48)

No contexto das reflexões acerca o acesso da população LGBT a serviços de saúde constituídos nos princípios de universalidade, integralidade e equidade, observa-se que orientação sexual e identidade de gênero não devem ser pensadas como características identitárias, já que fundamentalmente se pronunciam de formas diferentes com outros, a exemplo de idade, raça, cor e classe social, para realçar com apenas três exemplos. Isto significa dizer que o sujeito não pode ser pensado apenas como “gay”, “lésbica”, “bissexual”, “travesti” ou “transexual”, pois o seu corpo possui muitas outros predicados, como ser negro-rico-jovem, entre tantas outras combinações possíveis.

Neste âmbito, a categoria “interseccionalidade” (Costa & Ávila, 2005; Piscitelli, 2008) parece fundamental para considerar como distintos eixos de subordinação se

articulam em um mesmo sujeito social, fazendo com que as lógicas de exclusão e aceitação que os apreendem sejam potencialmente distintas, a depender do contexto social em que se encontrem. Nesta mesma direção, Parker e Camargo Jr (2000, p. 95) destacam a importância de um olhar que contemple a interação de diversos marcadores de diferença para a compreensão dos padrões de contaminação pelo HIV.

[...] estudos sugerem que homens que fazem sexo com homens estão presentes em todas as sociedades e que opressões múltiplas - incluindo-se a pobreza, o racismo, a desigualdade de gênero e a homofobia - interagem de forma sistemática, fazendo com que tais homens fiquem em situação de acentuada vulnerabilidade à infecção pelo HIV.

Diante disso, faz-se necessários maiores investigações sobre as estratégias decoloniais da agência trans, assim como reflexões sobre o acesso à saúde, tais como demanda dos direitos difusos e coletivos engendrados pela visibilidade das diferenças de gênero e sexualidade das pessoas travestis.

3 | ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DA MILITÂNCIA TRANS JUNTO À PREVENÇÃO COMBINADA DAS IST/HIV/AIDS E DESIGUALDADES NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA 12ª JORNADA LGBT DE PICOS-PI

É sabido, que desde a constituição de 88, está presente o direito à saúde tal como um dever do Estado para com todas as populações, fundamentada no Direito Universal e Igualitário no acesso e promoção da saúde, percebe-se, porém que discursos retrógrados e conservadores negam à aplicabilidade da lei tal como mecanismos de reprodução das desigualdades e sistema moderno da colonialidade de gênero (LUGONES, 2014).

É no contexto de retrocessos e negações dos direitos fundamentais e trabalhistas que as vozes militantes dos direitos da população LGBT surgem junto ao Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente com especiais singularidades no território do interior do Piauí, que ainda hoje reproduz as heranças mais recentes do povoamento colonial do Nordeste brasileiro. No Vale do Rio Guaribas, destacando-se o município de Picos, no Estado do Piauí, município de médio porte, que se expressa como cidade modelo por ocupar o 2º lugar de arrecadação de ICMS do Estado, destaca-se também o movimento LGBT por desempenhar um papel fundamental na resistência e luta pelas garantias do direito à visibilidade pública e cidadania LGBT integral.

As expressões da violência contra LGBT no interior do Piauí são exacerbadas, o Piauí está dentre os estados que mais matam homossexuais em todo o Brasil, provenientes de um déficit de educação sexual, de uma cultura enraizada na ignorância e no preconceito, assim como, de um forte conservadorismo moral que encara a livre orientação sexual como comportamentos imorais.

Diante dessa realidade, a incidência de doenças torna-se ainda mais recorrentes,

como é o caso das IST/HIV/AIDS, tendo em vista a dificuldade em acessar a política de saúde, muitas vezes devido ao receio do preconceito que associa a doença a um castigo divino em razão da não aceitação a livre escolha da sexualidade.

Assim, em um contexto de enfrentamento do preconceito e da discriminação, na cidade de Picos surgem os movimentos sociais organizados pela militância trans, que luta pelo reconhecimento dos direitos dos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). Na realização desse movimento tramita um conjunto de reivindicações, entre as quais: a livre expressão de sua orientação sexual, o acesso a políticas de saúde e demais políticas públicas, assim como a proteção do Estado frente à violência motivada pelo preconceito.

Tendo em vista, a problematização das desigualdades enfrentadas pela população LGBT nas políticas públicas e a importância do papel da Militância Trans do município de Picos, os acadêmicos do curso de Direito da Faculdade Rsa de Picos no Piauí, através de atividade resultante da disciplina de Antropologia Jurídica, participou do evento da 12ª Jornada LGBT de Picos, realizado a doze edições pelo movimento LGBT, proporcionado informação, luta e resistência pelos seus direitos.

Aberta oficialmente na tarde de sexta-feira, 28 de Setembro de 2018, com uma cerimônia de abertura realizada no Auditório do Centro Estadual de Educação Petrônio Portela (Premem), a 12ª Jornada LGBT de Picos debateu com a sociedade a diversidade sexual, de gênero e as discriminações dispensadas ao segmento, e enfatizaram as estratégias da militância trans junto à prevenção combinada das IST/HIV/AIDS e desigualdades no acesso às políticas públicas.

O evento trouxe as estratégias da militância trans com foco na saúde do grupo LGBT, através de um momento cultural demonstraram os talentos por meio de danças, onde foi abordado o atual cenário político brasileiro. A palestra sobre Pep, Prep e Novas Tecnologias de Prevenção IST/HIV/AIDS, ressaltou a importância do uso do preservativo nas relações sexuais, sendo essa prevenção combinada uma estratégia que faz a utilização conjunta de distintas abordagens de prevenção aplicadas em diversos níveis, individual ou em relacionamentos para atender a necessidades peculiares de determinados segmentos populacionais, como o LGBT e de várias formas de transmissão do HIV. O tema Métodos de Prevenção, Testagem, Diagnóstico e Tratamento das IST/HIV/AIDS reafirmou a importância da prevenção ao HIV/AIDS debatendo sobre os métodos preventivos, além de repassar informações necessárias para que haja o tratamento adequado aos indivíduos que possuem a doença.

A coordenadora Municipal de Direitos Humanos e Livre Orientação Sexual, de Picos, Jovanna Cardoso, destacou que a 12ª Jornada LGBT é um momento único para a cidade de Picos e ressaltou que o evento é importante, pois apresenta orientações necessárias para a população. “Orientar, formar pessoas a ter um futuro mais igual, sem preconceito, sem discriminação e, principalmente, prevenir sobre a AIDS, ensinando a se prevenir contra doenças sexualmente transmissíveis é o

objetivo”, disse, acrescentando que esse é o maior evento LGBT do Nordeste.

No proceder da programação, foi realizado também uma roda de conversa, que trouxe o debate acerca da vivência de pessoas travestis e transexuais, equipamento e estratégias de enfrentamento à LGBTfobia e de promoção dos Direitos Humanos, e a avaliação da políticas públicas de atenção, entre outros assuntos importantes que são necessários à compreensão dos direitos voltados à essa população.

A palestrante Joseane Borges destacou “enquanto pessoas, estamos atuando diretamente na promoção dos Direitos Humanos da população LGBT conjuntamente com o Movimento LGBT organizado e conseguimos efetuar diversas políticas, sendo elas a criação e efetivação do Conselho Estadual dos Direitos Humanos da população LGBT, esse que é o principal mecanismo de atuação da cidadania da população LGBT, porque é nele que a gente tem o feedback entre a sociedade civil organizada e poder público”. A mesma chamou a atenção para as várias políticas públicas efetivas no Piauí como, por exemplo, as parcerias públicas privadas que operam na promoção da cidadania para a população LGTB, como o GDT de segurança pública, portarias de nome social, dentre outros frutos importantes para o Piauí.

Neste singular campo de observações evidencia-se a ONG Grupo Guaribas de Livre Orientação Sexual – GGLOS que desde 2006, presidida pela travesti e militante dos Direitos Humanos, conhecida como Jovanna Baby, desenvolve estratégias coletivas de resistência política e cultural na afirmação dos direitos à saúde e enfrentamento às diversas formas de violência e discriminações que reproduzem a desigualdade.

Destacando a questão da desigualdade no acesso as políticas públicas, mostrou-se que ainda hoje, mesmo diante de leis que afirmam os direitos igualitários o atendimento ao grupo LGBT recorre muitas vezes a atitudes discriminatórias que causam desconforto e provoca o desânimo dos indivíduos a buscar o acesso. A fragilidade na efetivação das propostas preconizadas vão ao encontro ao atendimento discriminatório prestado pelos profissionais de saúde, o que resulta o receio do grupo em revelar a sua orientação sexual, imaginando o impacto negativo que isso causará à qualidade da assistência.

No contexto das estratégias levantadas pelo movimento LGBT, além da Jornada LGBT de Picos existe a Parada Cultural e da Igualdade de Picos, que mostra o engajamento e luta desse movimento tão importante. No dia 30 de Setembro, no encerramento da 12º Jornada LGBT de Picos, foi realizada a 12ª Parada Cultural e da Igualdade de Picos, assinalada pela realização de concursos de calouros e drag glamour, trio elétrico animado por DJ’s, gogo boys e gogo girls, marca registrada no evento desde sua primeira realização.

A literatura acerca das estratégias de realizações das Paradas Culturais e Jornadas LGBT junto às políticas públicas voltadas à garantia do acesso à saúde e promoção da formação continuada da cidadania plena da população LGBT, em contínua articulação com a coordenadoria municipal dos Direitos Humanos e Livre

Orientação Sexual e secretarias municipais de Cultura e Educação da cidade de Picos, apontam para numa expressiva redução, nos espaços públicos, das desigualdades no acesso à saúde, assim como às políticas de educação, cultura, lazer e segurança pública (MAFRA, 2015).

A observação acerca de todo o evento proporcionou experiências de relevância acadêmica e social, tendo em vista a apreensão de informações e vivências repassadas que possibilitaram um novo olhar sobre a luta cotidiana vivenciada pela população LGBT, desde ser aceito no convívio familiar, social a exercer o seu direito de cidadão ao necessitar da inserção em alguma das políticas públicas. A participação no evento promoveu uma valorização dos saberes locais, a promoção da diversidade e a possibilidade de obter o conhecimento sobre o meio social, que confere significado e dá essência à ciência do Direito, bem como também o entendimento a respeito das relações sociais de conflito, que é onde adentra a ação da ciência jurídica que tem como finalidade a obtenção da justiça.

Dessa forma, percebeu-se que o conhecimento científico acerca das diversas realidades sociais é de suma importância, pois abre caminhos para uma melhor atuação profissional, articular teoria e prática é essencial no trabalho de prevenção, pois combate a ignorância e possibilita um olhar crítico e cauteloso sobre a realidade vivenciada.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional de Saúde Integral a população LGBT tem se organizado progressivamente nos últimos anos, mas é importante destacar ainda a necessidade de maior efetivação e responsabilidade universal por parte do estado sobretudo no que se refere ao processo de inclusão e equidade.

Observa-se que na região nordeste, com destaque para o Estado do Piauí, é onde ocorre o maior índice de violação de direitos entra a população LGBT em decorrência da não aceitação pela família e sociedade, assim também como a fragilização dos serviços de saúde para atender a esta população, o que dificulta o acesso à prevenção e tratamento de doenças como HIV/AIDS por partes do segmento LGBT.

Diante da realidade das desigualdades enfrentadas pela população LGBT, especialmente em Picos no Piauí, percebeu-se na 12ª Jornada LGBT de Picos que as mobilizações e reivindicações da militância trans na sociedade têm ocasionado desenvolvimento e atenção às necessidades dos mesmos pelo poder público, mas que necessita de maior responsabilização dos órgãos públicos e da sociedade com os mesmo a fim de minimizar ou erradicar o preconceito a discriminação e a violação de direitos humanos que possui percentual bastante elevado a esta população.

No decorrer do evento pudemos refletir sobre as barreiras que a população LGBT encontra na tentativa de garantia do acesso e permanência na saúde em todos

os seus níveis e modalidades, e que a LGBTfobia é um preconceito historicamente instaurado no nosso sistema, social, cultural e econômico construído em todos os âmbitos da sociedade, nesse sentido entender o papel do sistema único de saúde como principal agente da política pública de saúde foi essencial para entendermos a garantia do direito a saúde como um todo para a população LGBT.

Para ocorrer transformações na rede de atendimento em saúde é preciso uma modificação cultural no modo de pensar e de agir dos trabalhadores de saúde. Dessa forma, Lionço (2009, p. 43-63) ressalta que é necessário que os profissionais da área da saúde tenham maior proximidade com as políticas públicas e com as problemáticas específicas da população LGBT para a qualificação dos serviços prestados pelas diversas áreas. Portanto, os profissionais que atuam na área de saúde, incluindo psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e os diversos agentes da saúde, devem estar atentos à reação em cadeia que implica o processo de vulnerabilidade que leva ao adoecimento dessa população, bem como as políticas públicas que facilitam o acesso ao sistema de saúde.

Portanto, mediante a participação nas atividades realizadas pelo movimento LGBT durante a 12ª Jornada LGBT foi possível absorver sobre as resistências étnico-raciais de transgressão do sistema moderno de colonialidade de gênero e sexualidade, tais como estratégias decoloniais frente às opressões cotidianas que negam os direitos fundamentais e reproduzem atendimentos discriminatórios por parte dos profissionais e agentes de saúde nas unidades do serviço público. É importante considerar que a estratégia afirmativa dos direitos étnico-raciais da militância trans tem ressignificado o estigma social que relaciona à epidemia à promiscuidade, imoralidade e castigo divino e social. Estes por sua vez aparecem como discursos conservadores que atentam em negar o direito à vida da população LGBT.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil**: ano de 2011. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012> acesso em 23/10/2018

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. **Saúde e População LGBT**: Demandas e Especificidades em Questão. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 32, n.3, p.552-563, 2012.

CASSEMIRO, L. C. **A luta por direitos e avanços na Política de Saúde**: o cotidiano de travestis e transexuais. Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão, São Luís-Maranhão, Brasil, 2013. p.2.

COLAÇO, Thais Luzia; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina**: O direito e o pensamento decolonial. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012

COSTA & ÁVILA, 2005. **As Necessidades de saúde como centro estruturante na luta pela**

integralidade e equidade na atenção em saúde. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de (Org.). *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/ABRASCO, 2001. p.113-126.

GUTIÉRREZ, N. I. M. **Situación de salud sexual y reproductiva, hombres y mujeres homosexuales hospital María Auxiliadora.** Revista Peruana de Obstetricia y Enfermería, v. 3, n. 1, p. 02-16, 2007.

LIONÇO, T. (2009). **Atenção integral à saúde e a diversidade sexual no processo transexualizador do SUS:** avanços, impasses, desafios. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, 19(1), 43-63.

LUGONES, Maria. **“Street Walker Theorizing”.** In: _____. (Ed.). *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition Against Multiple Oppression*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

MATTOS, R. A. de. **Os Sentidos da integralidade:** algumas reflexões acerca dos valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO, R; MATTOS, R. A. de (Org.). *Os sentidos da integralidade*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ/ABRASCO, 2001. p. 39-64.

MAFRA, Paulo. **O silêncio e o segredo do cabeça de cuia.** Violência contra gays, homofobia e militância LGBT no vale Rio Guaribas. 2015. Editora Appris.

MELLO, L. *et al.* **Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil:** em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidade, Salud e Sociedad*, n.9, p. 7-28, 2011.

MEDEIROS, Patricia & GUARESCHI, Neuza. 2009. **“Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão”.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis. Jan.-abr. 2009. Nº 17 (1), p. 31-48.

PARKER, Richard & CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. 2000. **“Pobreza e HIV/AIDS:** aspectos antropológicos e sociológicos”. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro,16 (Sup. 1), p. 95.

SOBRE O ORGANIZADOR

CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES - é natural de Londrina, interior do Paraná. É Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Tecnólogo em gestão de Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Com tripla Especialização na área de educação, sendo: Gestão Escolar (Instituto Superior do Litoral do Paraná); Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar (UFPR - Setor Litoral), e, Coordenação Pedagógica (UFPR). Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (com bolsa CAPES). Se aperfeiçoou em Gênero e Diversidade na Escola. Cursa mestrado em Gestão e Direção de Equipes, pela Escola Nacional de Negócios de Barcelona (ENEB). Atualmente é Servidor na Prefeitura Municipal de Paranaguá, exercendo a função de Coordenador Pedagógico, desenvolveu atividades na UFPR como Professor Formador e Tutor a Distância nos anos de 2015 e 2016 na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, no ano de 2012 atuou como Professor no Instituto Federal do Paraná nos cursos de Organizador de Eventos e Monitor de Recreação. Participou de edições do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual e da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. Tem apreço pelas artes homoeróticas e queer, em especial pelo cinema e literatura. Realiza pesquisas principalmente nas seguintes áreas: História da homossexualidade; Movimento LGBT; Turismo LGBT; Consumo LGBT e outras relacionadas a não-heterossexualidade.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aids 22, 23, 30, 62, 63, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 87

B

Boaventura de Sousa Santos 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35

C

Cidadania 29, 30, 63, 66, 78, 79, 82, 84, 97, 116, 125

Ciências 1, 11, 29, 31, 32, 35, 36, 58, 59, 67, 88, 94, 117, 122, 144, 147, 150, 153

Colonial 59, 65, 82, 88, 89, 91, 99, 107, 122, 146

Colonialidade 32, 33, 82, 86, 99, 141, 142, 143, 145, 146

Colonialismo 26, 29, 145

Constituição 1, 2, 9, 10, 20, 30, 41, 43, 49, 50, 51, 60, 76, 79, 82, 103, 115, 122, 124, 126, 136, 137, 145

Corpo 21, 61, 63, 65, 81, 88, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 101, 103, 104, 107, 109, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 130, 131, 134, 139

Cultura 16, 18, 24, 33, 56, 61, 69, 70, 72, 73, 78, 82, 85, 96, 97, 102, 104, 116, 119, 121, 126, 129, 138, 147, 148, 150, 151

D

Decolonial 76, 77, 86, 116, 141, 146

Democracia 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 25, 29, 30, 32, 35, 39, 42, 46, 51, 65

Democrático 3, 4, 5, 6, 7, 8, 29, 30, 39, 40, 41, 42, 43, 48

Direito 1, 7, 8, 10, 19, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 58, 59, 60, 63, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 92, 93, 100, 101, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 118, 122, 124, 125, 131, 144

Discriminação 55, 78, 79, 80, 83, 85, 91, 106, 108, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 131

Diversidade 2, 26, 27, 65, 66, 76, 83, 85, 87, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 138, 139, 148, 153

E

Educação 16, 17, 23, 53, 56, 58, 70, 72, 73, 78, 80, 82, 83, 85, 88, 96, 97, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 146, 147, 148, 151, 152, 153

Epistemologia 25, 26, 27, 29, 33, 35

Escola 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 145, 153

Esfera pública 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 41

Estado 5, 6, 7, 8, 30, 32, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 51, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 72, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 92, 98, 104, 106, 117, 122, 124, 125, 126, 127, 140

Exclusão 2, 9, 16, 29, 30, 36, 38, 39, 49, 55, 82, 106, 119, 121, 122, 125, 135, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 152

F

Foucault 13, 16, 20, 23, 25, 27, 28, 29, 34, 35, 55, 58, 116, 121, 127, 132, 133, 134, 135, 139

G

Gays 13, 17, 19, 23, 24, 77, 78, 83, 87, 118, 124

Gênero 12, 13, 23, 24, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 100, 104, 106, 109, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 153

H

Habermas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 40, 46, 51

Heteronormatividade 13, 17, 19, 124, 128, 136, 139

Heterossexuais 2, 19, 105, 136

Heterossexual 13, 90, 118, 122, 126

Heterossexualidade 19, 24, 119, 121, 126, 136, 139, 153

Hiv 22, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 87

Homofobia 2, 79, 80, 82, 87, 88, 92, 103, 104, 107, 109, 116, 139, 140

Homossexuais 22, 79, 80, 82, 101, 103, 104, 105, 106

Homossexual 88, 103, 106, 116, 122

Homossexualidade 13, 14, 15, 17, 78, 101, 105, 106, 131, 153

I

Identidade 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 65, 79, 81, 91, 104, 106, 118, 120, 121, 130, 134, 139, 140, 144, 145, 149

J

Jurídico 26, 27, 29, 30, 37, 39, 40, 41, 42, 47, 49

L

Lesbianidades 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 23

Lésbicas 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 77, 78, 83, 87, 101, 118, 124

LGBT 1, 2, 3, 9, 10, 16, 17, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 109, 114, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 153

M

Masculino 13, 19, 20, 53, 56, 57, 69, 70, 71, 74, 120, 136, 142, 143, 144, 145, 149, 151
Minorias 1, 2, 3, 9, 10, 36, 78, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 106, 107,
109, 110, 111, 112, 113, 116

N

Negra 52, 54, 60, 64, 65, 108
Negro 55, 60, 65, 81

P

Poder 2, 5, 7, 8, 9, 10, 21, 28, 30, 31, 35, 41, 43, 48, 49, 50, 55, 58, 65, 84, 85, 89, 94, 96,
97, 98, 99, 101, 102, 104, 110, 111, 113, 114, 115, 120, 121, 129, 130, 132, 135, 141, 142,
143, 145, 146, 147
Política 3, 4, 5, 6, 8, 11, 19, 20, 24, 25, 27, 29, 31, 33, 34, 39, 42, 49, 60, 61, 62, 74, 78, 79,
80, 83, 84, 85, 86, 93, 99, 100, 108, 110, 125, 136, 139, 146, 147, 150, 151
Política pública 60, 61, 150
Preconceito 55, 75, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 98, 99, 100, 103, 109, 113, 114, 121, 124,
126, 137, 148, 151
Princípio da proporcionalidade 36, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51
Prostituição 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24

R

Raça 35, 52, 54, 60, 64, 66, 76, 81, 91, 93, 95, 101, 105, 106, 120, 130, 132, 143, 145, 150
Racismo 19, 53, 55, 57, 64, 82, 93, 108, 116

S

Saúde 17, 22, 23, 24, 53, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76,
77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 106, 117, 124, 150
Sexual 12, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 78, 79, 80, 81, 82, 83,
84, 85, 87, 88, 89, 91, 96, 100, 103, 105, 108, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125,
126, 127, 130, 131, 132, 134, 136, 138, 139, 153
Sexualidade 12, 20, 23, 24, 52, 54, 56, 60, 61, 62, 63, 66, 76, 78, 80, 82, 83, 86, 87, 99, 101,
104, 106, 109, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130,
131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 145, 149, 152
Sociedade 2, 5, 6, 7, 10, 13, 20, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 64, 68, 69,
74, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102,
103, 104, 106, 107, 109, 114, 115, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 132, 134, 136, 142, 143,
145, 147, 151

T

Trans 34, 76, 77, 78, 82, 83, 85, 86, 127, 144, 148, 149, 151

Travestis 16, 17, 19, 23, 24, 77, 78, 82, 84, 86, 87, 118, 126

V

Violência 16, 17, 18, 21, 23, 48, 49, 78, 79, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 91, 95, 100, 104, 108, 109, 115, 116, 118, 119, 124, 125, 126

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-744-4



9 788572 477444